



Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPrensa OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ANO XXVII

Nº 5429

Publicação Diária

Quinta-feira, 6 de março de 2025

EDIÇÃO EXTRA

JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS

IPPUL – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA

BALANÇO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL ANEXO 14 DA LEI 4.320/1964	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		351.202,01	690.617,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	346.053,42	683.037,35
ESTOQUES – ALMOXARIFADO	2	5.148,59	7.580,55
ATIVO NÃO-CIRCULANTE: IMOBILIZADO		2.304.096,11	2.164.258,49
BENS MÓVEIS	3	864.912,20	652.386,29
BENS IMÓVEIS	4	1.807.384,65	2.098.148,11
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		- 368.200,74	- 586.275,91
TOTAL DO ATIVO		2.655.298,12	2.854.876,39
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		1.838.436,84	1.056.446,65
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	5	1.832.169,27	1.051.554,41
PESSOAL A PAGAR		1.690.284,00	977.758,27
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		68.089,13	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		73.796,14	73.796,14
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		-	2.218,90
VALORES RESTITUÍVEIS		6.267,57	2.673,34
TOTAL DO PASSIVO		1.838.436,84	1.056.446,65
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6		
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS		26,42	26,42
RESULTADOS ACUMULADOS		816.834,86	1.798.403,32
RESULTADO DO EXERCÍCIO		- 973.829,47	- 210.957,61
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.781.445,71	2.011.464,16
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		9.218,62	- 2.103,23
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		816.861,28	1.798.429,74
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.655.298,12	2.854.876,39

SALDO PATRIMONIAL PARTE INTEGRANTE DO ANEXO 14 DA LEI 4.320/1964	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO FINANCEIRO*	346.053,42	683.037,35	PASSIVO FINANCEIRO	39.355,79	16.910,50
ATIVO PERMANENTE	2.309.244,70	2.171.839,04	PASSIVO PERMANENTE	1.832.169,27	1.051.554,41
SALDO PATRIMONIAL				783.773,06	1.786.411,48

*PASSIVO FINANCEIRO INCLUI RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS.

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS PARTE INTEGRANTE DO ANEXO 14 DA LEI 4.320/1964	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	623.679,79	491.394,41

FONTE DE RECURSO	DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	PARTE INTEGRANTE DO ANEXO 14 DA LEI 4.320/64			
1	RECURSOS DO TESOIRO (DESCENTRALIZADOS)		-	-
12	INTERFERÊNCIAS – TERMO DE COMPROMISSO – EIV Nº 50/2014		-	-
55	INTERFERÊNCIA – MULTA / TERMO DE COMPROMISSO / DIRETRIZ DE EIV		14.857,63	111.600,20
80	RECURSOS PRÓPRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA		21.530,97	201.390,13
94	RETENÇÕES EM CARÁTER CONSIGNATÁRIO		-	-
501	RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE ATIVOS		-	-
511	TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		758,71	76.458,21
1045	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS		26.881,37	10.585,22
8080	RECURSOS PRÓPRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA		240.833,07	264.400,02
8501	RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA		1.835,88	1.693,07
	TOTAL		306.697,63	666.126,85

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 da Lei 4.320/64

VARIAÇÃO PATRIMONIAL QUANTITATIVA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.789.740,81	7.071.967,76
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	200.478,47	149.704,69
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	65.762,96	69.247,31
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	7.520.023,38	6.837.533,93
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.476,00	2.429,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	13.052,06
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	8.763.570,28	7.282.925,37
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	6.195.640,03	5.118.294,93
ENCARGOS PATRONAIS	1.279.252,31	1.164.531,47
BENEFÍCIOS A PESSOAL	172.086,72	172.932,57
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS	174.530,93	54.854,56
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	26.990,92	98.548,55
SERVIÇOS	395.010,28	376.608,81
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	117.366,26	137.071,59
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	197.383,28	-
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.797,58	3.394,23
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	183.621,60	137.716,20
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	11.531,87	11.531,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.095,98	4.235,62
CONTRIBUIÇÕES	2.331,13	2.494,03
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.931,39	710,94
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	- 973.829,47	- 210.957,61

VARIAÇÃO PATRIMONIAL QUALITATIVA DECORRENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	209.467,46	15.416,44

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ANEXO 18 DA LEI 4.320/64	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	- 336.983,93	119.969,73
INGRESSOS	9.343.785,11	8.469.817,63
RECEITAS ORIGINÁRIAS	266.241,43	218.952,00
RECEITA PATRIMONIAL	65.762,96	69.247,31
RECEITA DE SERVIÇOS	200.478,47	149.704,69
TRANSFERÊNCIAS	9.077.543,68	8.250.865,63
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.445.056,28	6.837.533,93
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.632.487,40	1.413.331,70
DESEMBOLSOS	9.680.769,04	8.349.847,90
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO: URBANISMO	6.858.733,29	6.109.189,98
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.858.733,29	6.109.189,98
TRANSFERÊNCIAS	2.822.035,75	2.240.657,92
INTRAGOVERNAMENTAIS	1.193.142,58	828.949,18
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.628.893,17	1.411.708,74
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	- 336.983,93	119.969,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – SALDO INICIAL	683.037,35	563.067,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – SALDO FINAL	346.053,42	683.037,35

BALANÇO FINANCEIRO

Anexo 13 da Lei 4.320/64

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	266.241,43	218.952,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	8.072.623,09	6.915.479,13
ORDINÁRIA	266.098,62	218.743,18	ORDINÁRIA	8.072.623,09	6.914.559,13
VINCULADA	142,81	208,82	VINCULADA	-	920,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	7.445.056,28	6.837.533,93	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	1.665.575,62	1.427.568,86	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.641.234,17	1.448.605,93
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (IV)	683.037,35	563.067,62	SALDO P/EXERCÍCIO SEGUINTE: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (IX)	346.053,42	683.037,35
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	10.059.910,68	9.047.122,41	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	10.059.910,68	9.047.122,41

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITA

Anexo 12 da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA [A]	RECEITAS REALIZADAS [B]	SALDO [C]=[B]-[A]
RECEITAS CORRENTES	115.000,00	115.000,00	266.241,43	151.241,43
RECEITA PATRIMONIAL: VALORES MOBILIÁRIOS	8.000,00	8.000,00	65.762,96	57.762,96
RECEITAS DE SERVIÇOS: OUTROS SERVIÇOS	105.000,00	105.000,00	200.478,47	95.478,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	2.000,00	-	-
SUBTOTAL RECEITAS (I)	115.000,00	115.000,00	266.241,43	151.241,43
REFINANCIAMENTO (II)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III)=(I)+(II)	115.000,00	115.000,00	266.241,43	151.241,43
DÉFICIT (IV)	7.633.000,00	8.297.433,78	7.806.381,66	- 491,052,12
TOTAL (V)=(III)+(IV)	7.748.000,00	8.412.433,78	8.072.623,09	- 339.810,69
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: SUPERÁVIT FINANCEIRO	-	664.433,78	664.433,78	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESA

Anexo 12 da Lei 4.320/64

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL [D]	DOTAÇÃO ATUALIZADA [E]	DESPESA EMPENHADA [F]	DESPESA LIQUIDADADA [G]	DESPESAS PAGA [H]	SALDO DA DOTAÇÃO [C]=[E]-[F]
DESPESAS CORRENTES	7.558.000,00	7.988.254,78	7.863.150,09	7.830.061,87	7.830.061,87	125.104,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.477.000,00	6.954.347,04	6.858.733,29	6.858.733,29	6.858.733,29	95.613,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.081.000,00	1.033.907,74	1.004.416,80	971.328,58	971.328,58	29.490,94
DESPESAS DE CAPITAL: INVESTIMENTOS	189.000,00	423.179,00	209.473,00	209.473,00	209.473,00	213.706,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	7.748.000,00	8.412.433,78	8.072.623,09	8.039.534,87	8.039.534,87	339.810,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI)+(VII)	7.748.000,00	8.412.433,78	8.072.623,09	8.039.534,87	8.039.534,87	339.810,69
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM SUPERAVIT (X) = (VIII)+(IX)	7.748.000,00	8.412.433,78	8.072.623,09	8.039.534,87	8.039.534,87	339.810,69

Anexo I do Balanço Orçamentário – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não-Processados

Parte integrante do Anexo 12 da Lei 4.320/1964

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO (F)=(A+B+C-D)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (B)			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	12.018,26	10.122,10	10.122,10	-

Anexo II do Balanço Orçamentário – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não-Processados Liquidados

Parte integrante do Anexo 12 da Lei 4.320/1964

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO (F)=(A+B-C-D)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (B)			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	2.218,90	2.218,90	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
CONTEXTO OPERACIONAL

O IPPUL é uma Autarquia Municipal destinada a organizar o crescimento de Londrina de forma integrada, visando melhorar a qualidade de vida da população e preparar a cidade para o futuro. Como é responsável pela gestão do desenvolvimento urbano, constitui-se amplamente em órgão-chave na definição de várias diretrizes, com influência direta nessa qualidade de vida.

Seu trabalho técnico e reflexivo exige sempre muitos estudos para a definição de suas ações. Por isso está sempre aberto a consultas e sugestões de seus parceiros e da parte dos munícipes.

NATUREZA JURÍDICA

Autarquia municipal é uma pessoa jurídica de direito público, integrante da administração indireta vinculada ao Poder Executivo do Município, por controle finalístico (isto é, não hierárquico) –; ou seja, é dotada de autonomia administrativa, financeira e operacional.

ATO DE CRIAÇÃO E REGISTRO

Criado pela Lei Municipal 5495 de 27 de julho de 1993. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica: 74.125.063/0001-00, iniciando suas atividades a partir de janeiro de 1994.

DOMICÍLIO-SEDE ATUAL E CONTATOS

O IPPUL atualmente está na Avenida Duque de Caxias, 333, andar térreo, do Prédio da Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Londrina (CAAPSM), ao lado da Prefeitura, Código Postal 86015-000, Londrina, PR. Fone 43.3771-3880. Endereço de Correio Eletrônico: ippul@londrina.pr.gov.br; Página eletrônica: <http://www.ippul.londrina.pr.gov.br/>.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

- **Missão:** promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da municipalidade, por meio de planos e projetos urbanísticos inovadores, bem como excelência em pesquisa e planejamento territorial.
- **Visão:** até o ano de 2030, pretende consolidar-se como referência em pesquisa e planejamento urbano, para a promoção de políticas públicas, alinhadas ao Plano Diretor municipal.
- **Valores:** engajamento, integridade, imparcialidade, gentileza, justiça, profissionalismo, vocação pública e criatividade, priorizando a transparência nos processos.

PLANOS, PROJETOS E ATIVIDADES

Como a atividade precípua do instituto é o planejamento urbano da cidade, mediante desenvolvimento de pesquisas e projetos, alinhados ao Plano Diretor, tratar essencialmente dessa área é contar principalmente com apoios técnico, operacional e administrativo – e, em âmbito público, traduzir-se em um ente prestador de serviço. Assim, o corpo funcional constitui-se em seu principal recurso –, o humano – e seu principal objeto de dispêndio.

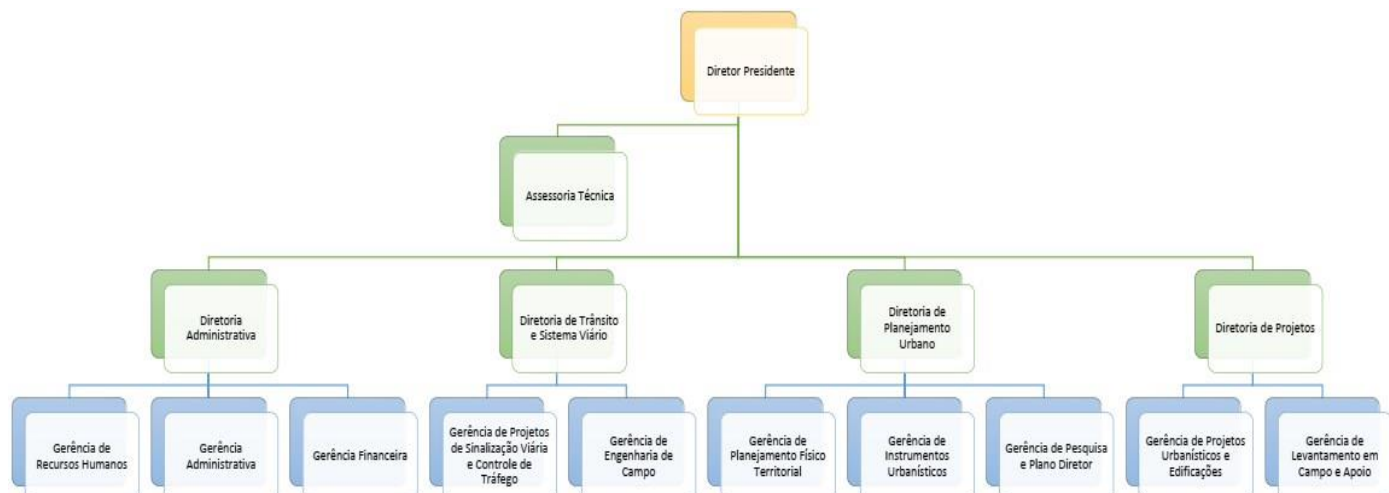
A Portaria IPPUL-PO 17, de 5 de fevereiro de 2024, instituiu comissão responsável pela formulação do Programa de Integridade da Organização, concluído em 2025, conforme Decreto municipal 1179/2023 e processo administrativo 19.003.173051/2024-33. Além dos objetivos já traçados pelo instituto, a integridade envolve, especialmente, além da eficiência e da eficácia, a mitigação de riscos e a melhoria contínua.

CONFORMIDADE LEGAL QUANTO À ATIVIDADE

O instituto segue todas as normas legais e infralegais dispostas pela União, Estado do Paraná e Município de Londrina, inclusive perante seus órgãos fiscalizadores, tais como Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Câmara Municipal de Londrina (CML), Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Conselhos Profissionais –, a exemplo do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), Conselho Regional de Contabilidade (CRC) –, entre outros, bem como a própria Administração Direta do Município (PML).

As regras de Licitações e Contratos, bem como referentes a Recursos Humanos, são as mesmas seguidas pela Administração Direta, a qual também as operacionaliza. Além da vasta gama de leis e normas infralegais vigentes seguidas, no âmbito orçamentário, financeiro, patrimonial e contratual, cada ato do instituto que envolve numerário está em consonância com o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

ORGANIZAÇÃO E PRINCIPAIS OPERAÇÕES



- As **Assessorias Técnicas** atuam diretamente junto à Diretoria-Presidência, nas áreas: Financeira, Administrativa e de Planejamento Urbano. Dentre as suas atribuições, estão: compilar resultados institucionais, através de relatórios técnicos administrativos e financeiros das diversas diretorias, recomendando ao(a) titular da pasta ou diretores(as), intervenção, sempre que necessário; Dar assessoria aos Diretores e Gerentes nas aplicações do planejamento estratégico institucional, acompanhando seu desenvolvimento e atualização; e; desenvolver pesquisas e acompanhamento da evolução e transformação urbana do Município;
- A **Diretoria de Trânsito e Sistema Viário** é responsável pelo planejamento do Sistema Viário e de Trânsito do Município, criando medidas de prevenção de acidentes no trânsito, planejando mudanças e obras na cidade que garantam a segurança para pedestres, ciclistas e motoristas;
- A **Diretoria de Planejamento Urbano** é responsável por: desenvolver projetos estratégicos pertinentes ao planejamento urbano; elaborar e analisar avaliações técnicas de impacto urbanístico, bem como projetos e planos setoriais de recuperação e revitalização de áreas e vias urbanas; e monitorar o plano diretor entre outras atividades;
- A **Diretoria de Projetos** é responsável por analisar, coordenar e contratar projetos que resolvam os problemas da cidade decorrentes do crescimento urbano, garantindo uma estrutura adequada a sua população; e;
- A **Diretoria Administrativo-Financeira** é responsável por: idealizar projetos que viabilizem recursos técnicos e humanos; planejar e supervisionar a proposta orçamentária, mantendo o equilíbrio nas Atividades Administrativas e Financeiras; E propor a contratação e nomeação de funcionários para o quadro de pessoal (servidores e estagiários).

PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais práticas e critérios contábeis são seguidos com base na legislação em vigor e têm a finalidade precípua de levantamento dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG), cujo intuito é responder se a Entidade Pública:

- Prestou serviços de maneira eficiente, eficaz e efetiva;
- Tinha disponíveis os recursos para atingir essa finalidade;
- Possuía alguma restrição nesses recursos; e;
- Fazia-se benéfica em seus aspectos qualitativos, em termos de qualidade e quantidade.

RELATÓRIOS CONTÁBEIS DE PROPÓSITO GERAL (RCPG)

Os RCPG no âmbito do IPPUL são os seguintes Anexos da Lei Federal 4.320/1964:

- Anexo 12 – Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 – Balanço Financeiro;
- Anexo 14 – Balanço Patrimonial;
- Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

ESCOPO

As Demonstrações são extraídas com base em dados internos e externos, ou seja, pelas Unidades da Autarquia e pela própria Administração Direta, inclusive por meio de sistema Integrado – e abrangem somente o limite correspondente às atividades do Instituto.

BASE DE MENSURAÇÃO

Cada componente patrimonial é avaliado conforme se explica ao longo destas Notas Explicativas, por subgrupo, em âmbito de cada demonstrativo.

CONFORMIDADE LEGAL QUANTO À POLÍTICA CONTÁBIL

Com relação às normas aplicadas à política contábil, declara-se que a elaboração dos Demonstrativos por esta Autarquia está em conformidade, principalmente, com o arcabouço legal e conceitual a seguir.

PRINCIPAIS NORMAS QUE INFLUENCIAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA POLÍTICA CONTÁBIL DO IPPUL

Dentre as normas seguidas por este Ente, destacam-se: Lei Complementar 101/2000 –, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) –, em casos específicos, tais como o da estimativa de *risco fiscal*; conforme já exposto, Lei Federal 4.320/1964 –: normas de direito financeiro, para elaboração de orçamentos e balanços públicos; normas infralegais, expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) –, a exemplo do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada do Setor Público) e Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) –; atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR); resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e, subsidiariamente, Normas Internacionais.

Quanto a demais normas, enfatiza-se o seguinte: as Licitações hoje são regidas pela Lei Federal 14133/2021 e efetuadas pela Administração Direta (Prefeitura) de Londrina; as Leis que regem os Atos de Pessoal incluem o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Londrina (Lei Municipal 4928/1992), para as Administrações Direta, Autárquica e Fundacional; Lei de *Compliance* (Conformidade) do Município (13310/2021) e Código de Ética dos Agentes Públicos (Decreto Municipal 1580/2023), dentre outras. Esta Entidade, em suma, declara estar em conformidade com os dispositivos legais que influenciam em seus registros contábeis.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

Além do exposto supra, esta Entidade declara que os Balanços por ela emitidos estão de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA (IPSAS)

Embora muito se tem avançado quanto à convergência a normas internacionais, ainda há que ser feito, quanto a, por exemplo:

- Implantação de sistema de custo, especialmente em termos de política pública;
- Orçamento por competência, harmonizando os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial;

- Demonstração das Variações Patrimoniais separada em Atividade Operacional, de Financiamento e Investimento, tal qual no Fluxo de Caixa etc.

As receitas, no sistema orçamentário, hoje, por exemplo, devido ao regime misto, por enquanto, não são consideradas por competência – e, no sistema patrimonial, somente algumas o são, por força de lei, a título de resto a receber. Isso acarreta a necessidade de informações adicionais em demonstrativos tipicamente brasileiros tais como o Balanço Financeiro.

Na prática, as receitas, em âmbito deste instituto, ainda são contabilizadas somente quando arrecadadas. Frente a essa realidade, além do cumprimento das normas e princípios, para se emitirem relatórios de efetiva utilidade pela gestão pública, são necessárias adaptações, de modo que haja adequada confrontação entre receita e despesa, ganho e gasto, entrada e saída de numerário, respeitando a temporalidade de cada etapa.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são elaboradas de acordo com as bases propostas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A evidenciação das contas é analítica (no mínimo, até o terceiro nível).

LEGENDA: ANÁLISES HORIZONTAL E VERTICAL

AV% (Análise Vertical): percentual de um item no âmbito do grupo ao qual está inserido, em relação ao total desse grupo; em termos matemáticos, trata-se de coeficiente de participação no total desse.

AH% (Análise Horizontal): percentual de um item no âmbito de evolução ao longo do tempo, relativa a período anterior; matematicamente é o índice em sentido estrito, calculado em relação a um período-base.

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO IPPUL

O patrimônio do instituto é principalmente evidenciado no Balanço Patrimonial (Anexo 14). Por força da Lei Federal 4.320/64, esse demonstrativo é apresentado de duas formas distintas: a) seguindo o critério contábil, distinguindo itens “circulantes” de “não-circulantes”; e b) seguindo o critério orçamentário, separando itens “financeiros” de “permanentes”. O critério orçamentário apresenta algumas diferenças de classificação relativa ao regime contábil. Por isso, o Saldo Patrimonial, na maioria dos casos, será diferente do Patrimônio Líquido.

A rigor, o Patrimônio do IPPUL é composto de bens, direitos e obrigações. Os bens podem ser fixos – móveis e imóveis (ou ‘imobilizados’) e não-fixos, que compõem o ativo monetário e os estoques. Os ativos estão dispostos em ordem decrescente de liquidez, enquanto que os passivos, de exigibilidade. Ademais, um direito, dependendo do seu grau de liquidez (convertibilidade em moeda), pode assumir características de bem.

Embora, por exemplo, uma conta em banco –, inclusive com dinheiro aplicado –, seja conceitualmente um direito (por estar em poder de terceiros), é considerado um bem, como se fosse dinheiro em caixa, pela sua possibilidade de uso quase instantânea. Os direitos, a rigor, por sua vez, compõem-se de valores a receber no curto prazo (em até 12 meses contados da data de levantamento do Balanço) e as obrigações compreendem os valores a pagar, também no curto prazo (seguindo a mesma lógica).

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é considerado o relatório contábil central na maioria das instituições e um demonstrativo contábil significativo, porque evidencia, em 31 de dezembro, a posição patrimonial e financeira da entidade, em seu aspecto estático; ou seja, nos saldos acumulados das contas contábeis de bens, direitos e obrigações, ao longo do exercício financeiro, em comparação com o ano anterior.

BALANÇO PATRIMONIAL	Exercício Atual	AV% Ex. Atual	Exercício Anterior	AV% Ex. Anterior	Variação	AH%
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE	351.202,01	13,23%	690.617,90	24,19%	- 339.415,89	-49,15%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	346.053,42	13,03%	683.037,35	23,93%	- 336.983,93	-49,34%
ESTOQUES - ALMOXARIFADO	5.148,59	0,19%	7.580,55	0,27%	- 2.431,96	-32,08%
ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO	2.304.096,11	86,77%	2.164.258,49	75,81%	139.837,62	6,46%
BENS MOVEIS	864.912,20	32,57%	652.386,29	22,85%	212.525,91	32,58%
BENS IMÓVEIS	1.807.384,65	68,07%	2.098.148,11	73,49%	- 290.763,46	-13,86%
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	- 368.200,74	-13,87%	- 586.275,91	-20,54%	218.075,17	-37,20%
TOTAL DO ATIVO	2.655.298,12		2.854.876,39		- 199.578,27	-6,99%
PASSIVO						
PASSIVO CIRCULANTE	1.838.436,84	69,24%	1.056.446,65	37,00%	781.990,19	74,02%
PESSOAL A PAGAR	1.690.284,00	63,66%	977.758,27	34,25%	712.525,73	72,87%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	68.089,13	2,56%	-	0,00%	68.089,13	
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	73.796,14	2,78%	73.796,14	2,58%	-	0,00%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	0,00%	2.218,90	0,08%	- 2.218,90	-100,00%
VALORES RESTITUÍVEIS	6.267,57	0,24%	2.673,34	0,09%	3.594,23	134,45%
TOTAL DO PASSIVO	1.838.436,84	69,24%	1.056.446,65	37,00%	781.990,19	74,02%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS	26,42	0,00%	26,42	0,00%	-	
RESULTADOS ACUMULADOS	816.834,86	30,76%	1.798.403,32	62,99%	- 981.568,46	-54,58%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	- 973.829,47	-36,67%	- 210.957,61	-7,39%	- 762.871,86	361,62%
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.781.445,71	67,09%	2.011.464,16	70,46%	- 230.018,45	-11,44%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.218,62	0,35%	- 2.103,23	-0,07%	11.321,85	-538,31%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	816.861,28	30,76%	1.798.429,74	63,00%	- 981.568,46	-54,58%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.655.298,12		2.854.876,39			

Dentre os ativos existentes no balanço, figuram as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, os estoques do almoxarifado e as imobilizações. Nelas se encontra todo o recurso investido na entidade, enquanto que, nos passivos circulantes e no Patrimônio Líquido, demonstra-se como esse recurso é financiado, se é próprio ou de terceiros. Em outras palavras, do lado esquerdo estão as aplicações e, do direito, as origens de recursos. A variação entre ativo e passivo corresponde ao patrimônio líquido da instituição, que se compõe especialmente de resultados acumulados ao longo dos exercícios.

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR

Corresponde ao valor remanescente nas contas de compensação, especialmente em se tratando dos contratos a executar.

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO	AH%
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	C	623.679,79	491.394,41	132.285,78	27%

Atos potenciais, em sentido amplo, são atos administrativos – e, portanto, ainda não se constituem em fatos contábeis propriamente ditos, porque ainda não chegam –, embora possam vir –, a influenciar no patrimônio do Instituto. São contas de controle extrapatrimonial ou de ‘compensação’.

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR – NOTA ‘C’

Seq	Contrato	SIM-AM	Fornecedor	Saldo Ex. Anterior	Inscrição	Baixa	Liquidação	Estorno de Liquidação	Saldo a Executar
206	17517/2017	17517	19924-9 ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA	16.783,40	13.779,20	-	5.441,39	-	25.121,21
228	9418/2018	9418	18186-2 TECNOCENTER TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	3.742,75	-	3.742,75	-	-	-
262	4019/2019	4019	4680-9 EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS SA	7.144,42	-	7.144,42	-	-	-
267	7319/2019	7319	4691-4 EMPRESA BRAS.CORREIOS E TEL.GER.COM.D	7.422,46	-	7.108,87	313,59	-	0,00
300	25819/2019	25819	495032-1 CASANOVA TURISMO LTDA	21.427,56	20.750,30	-	16.442,46	-	25.735,40
302	1520/2020	1520	499380-2 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP	11.405,34	8.497,34	-	6.862,79	500,00	13.539,89
303	1420/2020	1420	633408-3 VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	12.801,38	88,44	-	-	-	12.889,82
307	3320/2020	3320	14156-9 TRANSPORTES COLETIVOS GRANDE LONDRINA LTDA	18.462,82	804,71	-	-	-	19.267,53
344	2621/2021	2621	2303-5 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	9.844,52	112,50	-	318,24	-	9.638,78
352	7021/2021	7021	688925-5 SERVIPAX SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA	8.401,39	-	8.401,39	-	-	-
378	2722/2022	2722	13923-8 TEKENG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	577,07	16.000,00	-	-	-	16.577,07
383	3822/2022	3822	711348-0 TDA CAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	17.409,87	10.000,00	-	1.755,49	-	25.654,38
387	5722/2022	5722	3236-1 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR	7.686,57	-	2.000,00	-	-	5.686,57
389	8122/2022	8122	231920-9 IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA	75.359,24	-	-	-	-	75.359,24
390	7422/2022	7422	688922-1 ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	34.356,45	6.211,68	-	-	-	40.568,13
407	18422/2022	18422	550074-5 FL CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇO GERAIS LTDA	283,66	-	-	-	-	283,66
409	20222/2022	20222	631035-4 WANESSA FERNANDES ALVES MARTIN	2.269,95	1.636,23	-	358,44	-	3.547,74
418	7122/2023	7122	305394-6 BATISTA PNEUS LTDA	410,02	-	410,02	-	-	-
419	6922/2023	6922	532284-7 MAURO DOMINGUES DE CHAVES 36492434900	410,02	-	410,02	-	-	-
420	7022/2023	7022	671037-9 ANTONIO CARLOS DEOLINDO DOS SANTOS	410,02	410,02	-	40,00	-	780,04
421	7222/2023	7222	717246-0 VERONICA VALERIA DA SILVA SANTOS	410,02	410,02	-	-	-	820,04
422	2023/2023	2023	750096-3 MAIS ESTÁGIOS LTDA	159.137,58	229.573,27	-	121.118,19	-	267.592,66
426	4623/2023	4623	761446-2 PLURAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	25.189,80	57.780,45	-	49.074,46	7,96	33.903,75
427	11523/2023	11523	745015-0 ALGAR TELECOM S/A	50.048,10	-	-	18.222,72	-	31.825,38
467	6224/2024	6224	303813-1 WEB PORTAL PARANA LTDA	-	2.280,00	-	391,50	-	1.888,50
472	8924/2024	8924	781421-6 FANCAR ITALIA VEICULOS LTDA	-	203.000,00	-	203.000,00	-	-
495	16624/2024	16624	4691-4 EMPRESA BRAS.CORREIOS E TEL.GER.COM.D	-	5.000,00	-	-	-	5.000,00
499	18024/2024	18024	14156-9 TRANSPORTES COLETIVOS GRANDE LONDRINA LTDA	-	8.000,00	-	-	-	8.000,00
			Total:	491.394,41	584.334,16	29.217,47	423.339,27	507,96	623.679,79

Os contratos a executar em sua maioria são relativos a serviços de terceiros e encargos inerentes a tais serviços. Deve possuir um gestor (controle de encargos) e um fiscal de contrato. São cadastrados na Diretoria de Licitações da Administração Direta. As vinculações contábeis e de despesa são feitas em nível de instituto. Conforme a despesa com o contrato vai sendo executada, vão sendo baixados os valores correspondentes nas contas de compensação.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE CASOS ESPECIAIS: ATIVO E PASSIVO CONTINGENTES, RISCO FISCAL

- Os ativos e passivos contingentes *não* são reconhecidos a nível de instituto. É relatado *risco fiscal* para fins de cumprimento da LRF.
- No caso das ações judiciais, são anualmente alocadas, por estimativa, proporcionais a cada exercício financeiro, a título de *risco fiscal*.
- Os precatórios (títulos judiciais de dívida pública), quando existirem, deverão ser contabilizados a título de provisão, proporcional ao ano.

PASSIVO CONTINGENTE	5.000,00	PROVIDÊNCIA	5.000,00
DEMANDA JUDICIAL	4.000,00	SENTENÇA JUDICIAL	4.000,00
OUTROS	1.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00

Segundo a Procuradoria Geral do Município, até o momento não se tem notícia de precatórios em desfavor do instituto. A consulta de demandas judiciais relativas ao IPPUL foi feita junto à PGM-PGACONSULT, mediante o Processo SEI n.º 84.003308/2023-29, Despacho Geral 2499 (Protocolo/Documento SEI 10922684).

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSO

Segue o detalhamento das movimentações que deram origem ao Superávit, partindo do quadro apurado no Balanço. Começa pelo movimento consolidado de todas as fontes de recurso e, logo após, especifica as fontes mais relevantes, relativas à atividade do IPPUL.

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSO APURADA NO BALANÇO PATRIMONIAL

Este quadro é parte integrante do Balanço Patrimonial –, Anexo 14 da Lei 4.320/64. Detalha por fonte apenas os saldos e não os movimentos. Portanto, precisa ser detalhado, da mesma forma que o Balanço.

Fonte	Análise do Superávit por Fonte de Recurso	Ex. Atual	Av% Ex. Atual	Ex. Anterior	Av% Ex. Anterior	Varição	Ah%
55	Interferência - Multa / Termo de Compromisso / Diretriz de EIV	14.857,63	4,84%	111.600,20	16,75%	- 96.742,57	-86,69%
80	Recursos Próprios - Administração Indireta	21.530,97	7,02%	201.390,13	30,23%	-179.859,16	-89,31%
511	Taxas - Prestação de Serviços	758,71	0,25%	76.458,21	11,48%	- 75.699,50	-99,01%
1045	Outros Recursos não Vinculados	26.881,37	8,76%	10.585,22	1,59%	16.296,15	153,95%
8080	Recursos Próprios - Administração Indireta	240.833,07	78,52%	264.400,02	39,69%	- 23.566,95	-8,91%
8501	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	1.835,88	0,60%	1.693,07	0,25%	142,81	8,43%
	Soma	306.697,63		666.126,85		-359.429,22	-53,96%

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSO

Este detalhamento engloba as Fontes 1 a 8501.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO DAS FONTES DE RECURSO	ORÇADO	ALTERADO	ATUALIZADO	EXECUTADO	VARIAÇÃO / SALDO
FONTE 1 – RECURSO DO TESOURO (DESCENTRALIZADO): RESUMO					
RECEITA ARRECADADA E INGRESSO POR INTERFERÊNCIA	7.635.000,00		7.635.000,00	7.444.656,78	- 190.343,22
INGRESSO POR INTERFERÊNCIA	7.633.000,00		7.633.000,00	7.433.512,27	- 199.487,73
RENDIMENTOS (INTERFERÊNCIA)	2.000,00		2.000,00	11.144,51	9.144,51
(-) DESPESA PAGA POR PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE	7.545.000,00		7.545.000,00	7.446.028,95	- 98.971,05
READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	12.000,00	- 9.821,00	2.179,00	2.179,00	
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO	7.340.000,00	19.199,40	7.359.199,40	7.260.228,35	- 98.971,05
RESTITUIÇÕES E PASEP	193.000,00	- 9.378,40	183.621,60	183.621,60	
CANCELAMENTO DE RESTO A PAGAR				1.372,17	1.372,17
RESULTADO DA FONTE DE RECURSO	90.000,00		90.000,00		
FONTE 55 – INTERFERÊNCIA: MULTA/TERMO DE COMPROMISSO/DIRETRIZ DE EIV					
RENDIMENTOS – INTERFERÊNCIA: MULTAS DE EIV	2.000,00		2.000,00	5.257,43	3.257,43
(-) READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	62.000,00	111.600,20	173.600,20	102.000,00	- 71.600,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (DESPESA DO EXERCÍCIO)	62.000,00		62.000,00		- 62.000,00
DESPESA COM SUPERÁVIT FINANCEIRO (EXERCÍCIO ANTERIOR)		111.600,20	111.600,20	102.000,00	- 9.600,20
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	111.600,20	-	111.600,20	111.600,20	
RESULTADO DA FONTE DE RECURSO	51.600,20	- 111.600,20	- 60.000,00	14.857,63	74.857,63
FONTE 80 – RECURSO PRÓPRIO					
(-) READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES		45.356,37	45.356,37	26.300,50	- 19.055,87
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (DESPESA DO EXERCÍCIO)		45.356,37	45.356,37	26.300,50	- 19.055,87
(-) MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES		156.033,76	156.033,76	153.558,66	- 2.475,10
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL (DESPESA DO EXERCÍCIO)		156.033,76	156.033,76	153.558,66	- 2.475,10
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	201.390,13		201.390,13	201.390,13	
RESULTADO DA FONTE DE RECURSO	201.390,13	- 201.390,13		21.530,97	21.530,97
FONTE 511 – TAXAS: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS					
(-) READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES		76.458,21	76.458,21	75.699,50	- 758,71
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (DESPESA DO EXERCÍCIO)		76.458,21	76.458,21	75.699,50	- 758,71
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	76.458,21		76.458,21	76.458,21	
RESULTADO DA FONTE DE RECURSO	76.458,21	- 76.458,21		758,71	758,71
FONTE 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00		1.000,00		- 1.000,00
FONTE 1045 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS					
RECEITA E INGRESSO POR INTERFERÊNCIA	7.634.000,00		7.634.000,00	16.296,15	-7.617.703,85
RENDIMENTOS – ANÁLISE DE OUTORGA	1.000,00		1.000,00	4.752,14	3.752,14
INGRESSO POR INTERFERÊNCIA FINANCEIRA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.633.000,00		7.633.000,00	11.544,01	-7.621.455,99
(-) READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	31.000,00	10.585,22	41.585,22		- 41.585,22
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (DESPESA DO EXERCÍCIO)	31.000,00	-	31.000,00		- 31.000,00
DESPESA COM USO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO (EXERCÍCIO ANTERIOR)		10.585,22	10.585,22		- 10.585,22
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (SUPERÁVIT NÃO UTILIZADO)				10.585,22	10.585,22
RESULTADO DA FONTE DE RECURSO (CONSIDERANDO INTERFERÊNCIA FINANCEIRA)	7.603.000,00	- 10.585,22	7.592.414,78	26.881,37	-7.565.533,41
FONTE 8080 – RECURSOS PRÓPRIOS: ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
RECEITA PRÓPRIA DO IPPUL	109.000,00		109.000,00	244.944,54	135.944,54
RENDIMENTOS – RECURSOS PRÓPRIOS: ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.000,00		2.000,00	44.466,07	42.466,07
ELABORAÇÃO DE PROJETOS	8.000,00		8.000,00	6.657,87	- 1.342,13
PARECER TÉCNICO DE SINALIZAÇÃO E CIRCULAÇÃO VIÁRIAS	1.000,00		1.000,00		- 1.000,00
CONSULTA PRÉVIA DE LOTEAMENTO	65.000,00		65.000,00	98.914,36	33.914,36
APROVAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO OU MODIFICAÇÃO E DIRETRIZ DE LOTEAMENTO	30.000,00		30.000,00	94.906,24	64.906,24
PARECER TÉCNICO DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESCOLA	1.000,00		1.000,00		- 1.000,00
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.000,00		1.000,00		- 1.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00		1.000,00		- 1.000,00
(-) DESPESA	108.000,00		108.000,00	22.480,69	- 85.519,31
READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	83.000,00		83.000,00	3.294,00	- 79.706,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	83.000,00		83.000,00	3.294,00	- 79.706,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES	24.000,00	- 1.711,00	22.289,00	16.475,69	- 5.813,31
DIÁRIAS	8.000,00		8.000,00	7.532,50	- 467,50
MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00		3.000,00	1.870,00	- 1.130,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.000,00		8.000,00	5.784,19	- 2.215,81
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.000,00		1.000,00		- 1.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF	2.000,00	- 711,00	1.289,00	1.289,00	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	- 1.000,00	1.000,00		- 1.000,00
PAGAMENTO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	1.711,00	2.711,00	2.711,00	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	1.711,00	2.711,00	2.711,00	
TOTAL DA DESPESA					
SALDO ANTERIOR				17.845,23	
CANCELAMENTO DE RESTO A PAGAR				523,99	
RESULTADO DA FONTE DE RECURSO				240.833,07	
FONTE 1045 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS					
RENDIMENTOS – ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.000,00		1.000,00	142,81	- 857,19
(-) READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	1.000,00		1,000,00		- 1.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (DESPESA DO EXERCÍCIO)	1,000,00		1,000,00		- 1,000,00
DESPESA COM USO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	-	1.693,07	1,693,07		- 1,693,07
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				1,693,07	1,693,07
RESULTADO DA FONTE DE RECURSO				1,835,88	1,835,88
RESULTADO GERAL DAS FONTES DE RECURSO				306.697,63	

Das fontes de recurso mais relevantes, representando as atividades típicas do instituto, costumam ser consideradas: a 1, a 80 e a 8080..

RESUMO DA CONCILIAÇÃO DO SALDO DISPONÍVEL EM EQUIVALENTE DE CAIXA – NOTA 1 DO BALANÇO PATRIMONIAL

Procurando seguir o princípio da unidade de tesouraria, o subgrupo de caixa e equivalente de caixa (disponibilidade) centraliza o saldo financeiro no curto prazo, cujas contas são avaliadas ao custo: conta analítica de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, acrescidas de rendimento auferido até a data das demonstrações contábeis.

As contas bancárias têm sido utilizadas no lugar do caixa analítico.

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA [TOTAIS: C/C + APLICAÇÃO]	CEF 7-7	CEF 23-9	CEF 512-5	CEF 71007-4	CEF 71087-2	CEF 88-3	ITAÚ 97015-2	SOMA EM BANCOS
SALDO CONTÁBIL	19.651,95	274.667,71	1.835,88	27.640,08	14.857,63	6.267,57	1.132,60	346.053,42
ENTRADA A CONTABILIZAR						219,24		219,24
(-) SAÍDA A CONTABILIZAR	11.609,76							11.609,76
(-) ENTRADA A CONSTAR EM EXTRATO	5.485,59	4.316,10				5.528,20		15.329,89
SAÍDA A CONSTAR EM EXTRATO	95.807,18	8.632,20				4.276,58		108.715,96
[=] SALDO EM EXTRATO	98.363,78	278.983,81	1.835,88	27.640,08	14.857,63	5.235,19	1.132,60	428.048,97

A conta analítica do Caixa somente será utilizada como conta transitória, em caso de necessidade da apuração de alguma transação financeira, devendo terminar sempre todo mês com saldo zero.

Contemplam-se valores para os quais não haja restrição em seu uso imediato (daí a equivalência ao caixa), estando, em sua íntegra, segmentado em moeda corrente no país.

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DO ESTOQUE DE ALMOXARIFADO – NOTA 2 DO BALANÇO PATRIMONIAL

IPPUL – MOVIMENTO DO ESTOQUE DE ALMOXARIFADO EM 2024	ESTOQUE INICIAL	[+] ENTRADA NA LIQUIDAÇÃO	(-) BAIXA LÍQUIDA POR CONSUMO (*)	[=] ESTOQUE FINAL
02 MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.672,17	763,14	2.498,60	1.936,71
03 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	983,82	3.518,40	4.286,62	215,60
MATERIAL DE CONSUMO				
04 - COPA E COZINHA	303,00	794,50	1.045,00	52,50
05 - LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO	542,09	208,56	534,82	215,83
06 – ELETROELETRÔNICO	208,39	646,40	64,32	790,47
07 - PROCESSAMENTO DE DADOS	-	8.905,77	8.905,77	-
08 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS (CAMISETAS)	1.691,00	-	380,00	1.311,00
09 - PROTEÇÃO E SEGURANÇA	144,68	324,80	221,60	247,88
10 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	-	1.411,58	1.411,58	-
11 - FERRAMENTAS (E EQUIPAMENTOS)	35,40	-	-	35,40
14 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO (COPO DESCARTÁVEL)	-	467,54	124,34	343,20
SN - SINALIZAÇÃO VISUAL	-	570,00	570,00	-
SOMA DA MOVIMENTAÇÃO DO MATERIAL DE CONSUMO	2.924,56	13.329,15	13.257,43	2.996,28
SOMA DA MOVIMENTAÇÃO DO ESTOQUE DE ALMOXARIFADO	7.580,55	17.610,69	20.042,65	5.148,59

(*) Excetuando ajustes (exemplos: combustível e prestação de contas de adiantamento).

Os Estoques são avaliados pelo preço de aquisição e o método para mensurar as saídas (requisições) é o custo médio. Também são passíveis de provisão para perdas e ou de redução a valor de mercado, conforme o caso.

A movimentação do Estoque de Almoarifado acima não inclui ajustes como o combustível (sistema de frota separado) e as prestações de contas em regime de adiantamento.

Abaixo, se tem o rol completo de gastos com consumo de almoarifado, incluindo os ajustes e os demais estoques, que são controlados por sistema à parte.

DETALHAMENTO DO USO DE MATERIAL DE CONSUMO

Houve um freio no uso de material, mais notoriamente de processamento de dados – e material para manutenção de instalações e bens imóveis.

Uso de Material de Consumo: Incluindo os Ajustes – Todas as Baixas	Exercício Atual	Av% Ex. Atual	Exercício Anterior	Av% Ex. Anterior	Varição	Ah%
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	6.362,79	23,6%	4.975,64	5,0%	1.387,15	27,9%
GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	4.286,62	15,9%	4.138,98	4,2%	147,64	3,6%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.498,60	9,3%	4.543,61	4,6%	- 2.045,01	-45,0%
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8.905,77	33,0%	49.710,64	50,4%	- 40.804,87	-82,1%
MATERIAL DE COPA E COZINHA	866,10	3,2%	640,33	0,6%	225,77	35,3%
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	522,43	1,9%	883,19	0,9%	- 360,76	-40,8%
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	380,00	1,4%	3.658,75	3,7%	- 3.278,75	-89,6%
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E INSTALAÇÕES	250,05	0,9%	25.565,73	25,9%	- 25.315,68	-99,0%
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	140,00	0,5%	-	0,0%	140,00	
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	314,32	1,2%	955,66	1,0%	- 641,34	-67,1%
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANCA	221,60	0,8%	913,25	0,9%	- 691,65	-75,7%
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1.411,58	5,2%	1.727,42	1,8%	- 315,84	-18,3%
FERRAMENTAS	-	0,0%	623,09	0,6%	- 623,09	-100,0%
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	570,00	2,1%	120,26	0,1%	449,74	374,0%
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	261,06	1,0%	92,00	0,1%	169,06	183,8%
Soma	26.990,92		98.548,55		- 71.557,63	-72,6%

O aumento no combustível já era esperado, tendo em vista a aquisição de veículos novos e a própria natureza das atividades da autarquia, não raro voltadas para o serviço externo.

DETALHAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DOS TIPOS DE BENS: NOTAS 3 E 4 DO BALANÇO PATRIMONIAL

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, destinados à permanência. É reconhecido inicialmente com base em seu valor de aquisição, construção ou produção.

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS SOMATÓRIAS EM VALORES RESIDUAIS (SALDO CONTÁBIL DEDUZIDO DA DEPRECIACÃO)	Saldo Anterior a Ajustar	incorporações (Incluindo Aquisições)	(-) Desincorporações Incluindo Doações e Depreciações)	Salto Atual Ajustado
BENS MÓVEIS (NOTA 3)				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS:	- 972,19	9.062,97	3.816,91	4.273,87
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	12.440,00			12.440,00
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.612,71	3.294,00		5.906,71
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	257,09		257,09	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	1.923,00			1.923,00
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	766,20	2.179,00		2.945,20
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS ...	- 18.971,19	3.589,97	3.559,82	18.941,04
EQUIPAMENTOS DE 'T. I.'	247.972,42	8.274,42	56.955,64	199.291,20
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	497.258,62		8.388,26	488.870,36
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	- 249.286,20	8.274,42	48.567,38	289.579,16
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	42.862,37	2.101,65	8.404,15	36.559,87
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	225,00	1.000,00		1.225,00
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	2.403,73		374,18	2.029,55
MOBILIÁRIO EM GERAL	53.253,76		3.339,45	49.914,31
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	- 13.020,12	1.101,65	4.690,52	16.608,99
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	17.858,21	2.869,52	6.967,82	13.759,91
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	4.402,93			4.402,93
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	17.126,91		6.594,62	10.532,29
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS ...	- 3.671,63	2.869,52	373,20	1.175,31
VEÍCULOS	19.330,81	309.939,53	81.247,05	248.023,29
VEÍCULOS DE TRACÃO MECÂNICA	58.692,32	281.435,04	56.005,83	284.121,53
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	- 39.361,51	28.504,49	25.241,22	- 36.098,24
BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO: INSERVÍVEIS	52,22	-	-	52,22
DEMAIS BENS MÓVEIS	622,00	422,70	503,82	540,88
OUTROS BENS MÓVEIS	971,80	-	422,70	549,10
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	- 349,80	422,70	81,12	8,22
BENS MÓVEIS: SALDO CONTÁBIL RESIDUAL	327.725,84	332.670,79	157.895,39	502.501,24
BENS MÓVEIS: SALDO CONTÁBIL	652.386,29	287.908,04	75.382,13	864.912,20
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	- 324.660,45	44.762,75	82.513,26	362.410,96
BENS IMÓVEIS (NOTA 4)				
BENS IMÓVEIS: SALDO CONTÁBIL RESIDUAL	1.836.532,65	255.825,68	290.763,46	1.801.594,87
PRÉDIO NA RUA ATTILIO OCTAVIO BIZATTO	1.376.347,85	-	290.763,46	1.085.584,39
TERRENO NA RUA ATTILIO OCTAVIO BIZATTO	721.800,26	-	-	721.800,26
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE EDIFICAÇÕES	- 261.615,46	255.825,68	-	5.789,78
SOMA DO ATIVO NÃO CIRCULANTE				
IMOBILIZADO RESIDUAL	2.164.258,49	588.496,47	448.658,85	2.304.096,11
BENS MÓVEIS	652.386,29	287.908,04	75.382,13	864.912,20
BENS IMÓVEIS	2.098.148,11	-	290.763,46	1.807.384,65
(-)DEPRECIACÃO ACUMULADA	- 586.275,91	300.588,43	82.513,26	368.200,74

Após o reconhecimento inicial, os bens permanentes ficam sujeitos à depreciação ou amortização, conforme a natureza do bem ou direito, quando tiver vida útil definida (método linear), bem como à redução a valor recuperável e à reavaliação. No Balanço, se evidenciam as imobilizações líquidas, ou seja, já depreciadas e constando os devidos ajustes.

O Edifício pertencente ao IPPUL, atualmente, está sendo ocupado pela Saúde Municipal, na Rua Attilio Octávio Bizatto, 480, Londrina, PR (86039395), a título precário e não oneroso. A Sede atual ocupada pelo Instituto é locada.

CONSIDERAÇÕES SOBRE INVENTÁRIO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL (TESTE DE INPAIRMENT)

A Portaria IPPUL 94/2024 foi editada mediante Processo SEI 84.004605/2024-72 (Documento 13883793) e designou Comissão Permanente de Levantamento, Avaliação e Reavaliação dos Bens Móveis e Imóveis, no sentido de apurar, avaliar e atestar as condições atuais dos ativos desta Autarquia Municipal. No exercício objeto destas Notas Explicativas, foi feito somente o levantamento patrimonial, sendo postergadas as reavaliações.

Sem o inventário de avaliação, o valor dos bens permanentes pode-se tornar distorcido, ou seja, sub ou superavaliado, afetando o resultado e gerando reflexos inclusive na liquidez financeira de curto prazo, com o risco de distanciá-la do real. Em que pese, os bens inservíveis estão sendo identificados e encaminhados para desfazimento. Os bens servíveis, têm como principal critério de mensuração a capacidade operacional (incluindo intangíveis).

Ou seja, o inventário é voltado ao potencial de serviço dos ativos fixos. No que se refere a possíveis restrições em informá-los nos demonstrativos, devem-se considerar: a) a materialidade; b) o custo-benefício; e: c) o equilíbrio entre os atributos qualitativos. Informação material significa dado relevante. Devem-se verificar omissões ou distorções influenciáveis no cumprimento do dever de prestar contas (responsabilização ou accountability).

O impacto mais significativo nesse contexto pode estar relacionado ao inventário dos softwares, envolvendo a dicotomia entre a essência patrimonial da operação e a forma jurídica das transações, porque nem sempre existe a possibilidade de atingir o equilíbrio desejado na resolução de tais divergências.

Um aplicativo de prateleira, por exemplo, é, por força de norma, considerado como despesa; porém, o seu valor pode ser relevante demais para não ser considerado como um item do ativo, ocasionando, assim, potenciais distorções na posição financeira da entidade.

Embora, portanto, a STN tenha expedido como regra a contabilização de software de prateleira como despesa, nesse aspecto, a não caracterização de um software de grande vulto como ativo (mesmo que somente no aspecto contábil) também pode ocasionar sérias inconsistências nos demonstrativos.

CRITÉRIOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A depreciação e amortização seguem o método linear ou de cotas constantes. O município ao normatizar acolheu o que preconiza a Legislação do Imposto de Renda.

BENS MÓVEIS E IMÓVEIS CRITÉRIOS DE DEPRECIÇÃO	VIDA ÚTIL EM ANOS	COTA ANUAL	COTA MENSAL	COTA RESIDUAL
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	20%	1,66666667%	10%
VEÍCULOS ("TRAÇÃO MECÂNICA")	5	20%	1,66666667%	20%
EDIFICAÇÕES: BENS DE USO ESPECIAL	25	4%	0,33333333%	20%
AMORTIZAÇÃO DE INTANGÍVEIS E DEPRECIÇÃO DOS DEMAIS BENS	10	10%	0,83333333%	10%

Com relação aos valores residuais, o IPPUL tem adotado as taxas descritas na última coluna. O bem patrimonial não se deprecia ou amortiza no mês em que se baixa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGURANÇA DOS ATIVOS

- **Guarda dos Ativos.** A capacidade operacional desta Autarquia, além do componente humano, depende também das instalações e dos equipamentos circunscritos nas dependências do prédio onde se situa esta entidade, que conta com vigilância monitorada e extintores de incêndio.
- **Seguros.** Não costuma ser prática contratar seguro contra incêndio e outros sinistros, envolvendo bens móveis e imóveis. É altamente recomendável, tendo em vista a necessidade de gestão do risco patrimonial e o impacto que a perda de ativos com valor relevante pode ter nas Demonstrações Contábeis¹.

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DOS PASSIVOS – NOTA 5 DO BALANÇO PATRIMONIAL

São as Obrigações da Autarquia, em seu todo circulantes, que obedecem ao regime de competência (assim como os direitos) e são evidenciadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicáveis, dos correspondentes encargos das variações monetárias, ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

DETALHAMENTO NA COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As Obrigações com Pessoal, do ponto de vista Contábil, representam os Passivos Circulantes; do ponto de vista Orçamentário, são Obrigações Permanentes da Autarquia. Correspondem a Provisões e Apropriações das Férias, do 13.º Salário, da Licença-Prêmio e seus respectivos Encargos Sociais.

PESSOAL A PAGAR	SALDOS ANTERIORES	INSCRIÇÕES	PAGAMENTOS	SALDO A PAGAR
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	-	- 4.596.110,47	4.596.110,47	-
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	-	- 1.928.709,15	1.928.709,15	-
FÉRIAS	- 977.758,27	- 866.040,46	665.635,29	- 1.178.163,44
LICENÇA- PRÊMIO	-	- 787.985,46	275.864,90	- 512.120,56
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	-	- 542.779,63	474.690,50	- 68.089,13
APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL A PAGAR	-	- 195.520,00	195.520,00	-
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	- 172.086,72	172.086,72	-
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	-	- 94.320,83	94.320,83	-
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	- 73.796,14	-	-	- 73.796,14
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (INTRA E INTER-OFFS)	-	- 1.059.535,63	1.059.535,63	-
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	-	- 65.594,32	65.594,32	-
Somas	- 1.051.554,41	- 10.308.682,67	9.528.067,81	- 1.832.169,27

¹ O Fundo de Urbanização de Londrina (FUL), por exemplo, administrado pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), executa pregão eletrônico para aquisição de seguro veicular, conforme Jornal Oficial 5111, de 5 fev. 2024, Págs. 15-20, PA 21/2023.

DETALHAMENTO NA COMPOSIÇÃO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR

Fornecedores e Contas a Pagar no curto prazo referem-se a despesas empenhas e processadas (liquidadas), ou seja, inscritas como Restos a Pagar do exercício, para a conclusão dessas etapas orçamentárias no exercício seguinte.

Outras Contas a Pagar	Saldos Anteriores	Inscrições	Pagamentos	Saldo a Pagar
FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR		3.760,60	3.760,60	
CONTAS NÃO PARCELADAS A PAGAR	- 2.218,90	605.380,75	607.599,65	
PIS/PASEP A RECOLHER - NÃO PARCELADO		2.331,13	2.331,13	
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ESTADUAIS A RECOLHER		2.719,86	2.719,86	
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		3.849,48	3.849,48	
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	- 1.603,27	225.498,83	222.086,15	- 5.015,95
RETENÇÕES – SEGUROS		240,00	240,00	
IPTU - PERMUTA LICENÇA PRÊMIO		10.070,73	10.070,73	
OUTRAS RETENÇÕES		5.082,60	5.082,60	
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		540.960,28	540.960,28	
ISS	- 234,32	3.023,49	2.910,51	- 347,30
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	- 563,10	67.471,17	67.563,86	- 470,41
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE – IRRF	- 272,65	777.308,26	777.147,00	- 433,91
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS		274.704,09	274.704,09	
DIARIAS A PAGAR		41.057,55	41.057,55	
SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR		35.092,81	35.092,81	
OUTRAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		37.491,00	37.491,00	
Somas	- 4.892,24	2.636.042,63	2.634.667,30	- 6.267,57

Assim, não se confundem passivos circulantes com passivos financeiros, porque nem toda dívida a pagar no curto prazo é considerada fluante. Essa tem passivos liquidados e não liquidados.

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – NOTA 6 DO BALANÇO PATRIMONIAL

No patrimônio líquido deve ser evidenciado o resultado do período, segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

O resultado patrimonial do exercício é a somatória entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Do patrimônio total à disposição do Instituto –, que corresponde ao total do Ativo ou do Passivo –, é o valor segregado que corresponde contabilmente de fato o que pertence à entidade.

Patrimônio Líquido Resultado Acumulado	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Ah%
RESULTADOS ACUMULADOS	816.834,86	1.798.403,32	- 981.568,46	-54,6%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	- 973.829,47	- 210.957,61	- 762.871,86	361,6%
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.781.445,71	2.011.464,16	- 230.018,45	-11,4%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.218,62	- 2.103,23	11.321,85	-538,3%

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL – PASSIVOS: FINANCEIRO X CIRCULANTE

PATRIMÔNIO LÍQUIDO x SALDO PATRIMONIAL QUADRO QUALITATIVO EXPLICATIVO	PARA FINS DE APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARA FINS DE APURAÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL
ESTOQUES	ATIVO CIRCULANTE	ATIVO PERMANENTE
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS	PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVO PERMANENTE (DÍVIDA FLUTUANTE) ²
INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVO FINANCEIRO

O quadro do Saldo Patrimonial apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. É elaborado com base nos dados da classe 1 (Ativo), da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP.

Porém, as contas que representam os Ativos e Passivos *financeiros* e *permanentes* não necessariamente apresentam *todos* os itens *patrimoniais* de bens, direitos e obrigação a elas associados.

PASSIVO FINANCEIRO – EXERCÍCIO ATUAL	39.355,79
PASSIVO CIRCULANTE ³ – VALORES RESTITUIVEIS (CONSIGNAÇÃO)	6.267,57
INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (BF E ANEXO 17)	33.088,22

Para fins de apuração do Saldo Patrimonial, os itens do quadro possuem correlação com a classe 6: “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados” (a Liquidar). O passivo financeiro compreende os Restos a Pagar – Processados ou não; Serviço da Dívida a Pagar (juros etc.); os Depósitos (de terceiros – caução, consignação) e os Débitos de Tesouraria, quando existem.

Por exemplo, os Estoques para efeito de apuração do Saldo Patrimonial, são itens Permanentes.

² O Passivo Permanente pode ser de Dívida Fundada (P-DF) ou Flutuante (P). Nesse caso, é Dívida Flutuante.

³ Do Passivo Circulante, somente os Valores Restituíveis, Fornecedores e Contas a Pagar são Passivo Financeiro. As Obrigações com Pessoal são consideradas Passivo Permanente.



Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

Exercício 2024

SALDO PATRIMONIAL	EXERCÍCIO ATUAL	AV% Ex. Atual	EXERCÍCIO ANTERIOR	AV% Ex. Anterior	VARIAÇÃO	AH%
ATIVO FINANCEIRO	346.053,42	13%	683.037,35	24%	- 336.983,93	-49%
ATIVO PERMANENTE	2.309.244,70	87%	2.171.839,04	76%	137.405,66	6%
SOMA DO ATIVO	2.655.298,12		2.854.876,39		- 199.578,27	-7%
PASSIVO FINANCEIRO*	39.355,79	1%	16.910,50	1%	22.445,29	133%
PASSIVO PERMANENTE	1.832.169,27	69%	1.051.554,41	37%	780.614,86	74%
SALDO PATRIMONIAL	783.773,06	30%	1.786.411,48	63%	- 1.002.638,42	-56%
PASSIVO E SALDO PATRIMONIAL	2.655.298,12		2.854.876,39		- 199.578,27	-7%

*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados

- Passivo Permanente: Obrigações com Pessoal.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INSTITUTO

O Resultado do IPPUL evidencia o seu Desempenho e divide-se em Financeiro, Patrimonial e Orçamentário.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O Demonstrativo que evidencia de forma sintética o Desempenho Orçamentário é o Balanço Orçamentário (Anexo 13 da Lei 4.320/1964), cujo objetivo é essencialmente o cumprimento do Princípio da Prudência -, ou seja: comprometidas as Dotações Orçamentárias, evitam-se assumir compromissos além da Disponibilidade de Caixa, racionalizando o Gasto Futuro.

Como detalhamento desse Balanço, existem os Anexos da Lei 4.320/1964 que tratam de comparar Orçado e Executado, tanto em termos de Receita quanto de Despesa. O Resultado Orçamentário, portanto, compara, inicialmente, Previsto e Fixado, separadamente e, só após, confronta a Execução Orçamentária.

ANÁLISE DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	PREVISÃO INICIAL	ALTERAÇÃO NA PREVISÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA	SALDO	AH%
RECEITA PATRIMONIAL - VALORES MOBILIÁRIOS	8.000,00	-	8.000,00	65.762,96	57.762,96	722%
RECEITA DE SERVIÇO - OUTROS	105.000,00	-	105.000,00	200.478,47	95.478,47	91%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	-	2.000,00	-	2.000,00	-100%
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	1.000,00	-	1.000,00	-	1.000,00	-100%
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	-	1.000,00	-	1.000,00	-100%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL (= CORRENTE)	115.000,00	-	115.000,00	266.241,43	151.241,43	132%

ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO NA DOTAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	SALDO DA DOTACÃO c=(e-f)	AH% SALDO DA DOTACÃO	SALDO A PAGAR
DESPESA CORRENTE	7.558.000,00	430.254,78	7.988.254,78	7.863.150,09	7.830.061,87	7.830.061,87	125.104,69	2%	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.477.000,00	477.347,04	6.954.347,04	6.858.733,29	6.858.733,29	6.858.733,29	95.613,75	1%	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.081.000,00	47.092,26	1.033.907,74	1.004.416,80	971.328,58	971.328,58	29.490,94	3%	-
DESPESA DE CAPITAL - INVESTIMENTO	189.000,00	234.179,00	423.179,00	209.473,00	209.473,00	209.473,00	213.706,00	51%	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	-	1.000,00	-	-	-	1.000,00	100%	-
DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL	7.748.000,00	664.433,78	8.412.433,78	8.072.623,09	8.039.534,87	8.039.534,87	339.810,69	4%	-

(Uso de superávit)

ATOS DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte	Tipo	Recurso	Nº	Decr. /2024	Autor. /2024	Promulg. Em	Início em	Valor de Acréscimo	Valor de Anulação	Alteração na Fonte
1	Suplementar	Anulações de dotação	3	234	223	21/02/2024	23/02/2024	46.000,00	46.000,00	-
1	Suplementar	Anulações de dotação	4	236	358	20/03/2024	25/03/2024	41.000,00	41.000,00	-
1	Suplementar	Anulações de dotação	7	242	646	21/05/2024	27/05/2024	32.000,00	32.000,00	-
1	Suplementar	Anulações de dotação	9	245	1092	21/08/2024	26/08/2024	5.000,00	5.000,00	-
1	Suplementar	Anulações de dotação	10	247	1145	02/09/2024	10/09/2024	2.000,00	2.000,00	-
1	Suplementar	Anulações de dotação	12	251	1358	21/10/2024	25/10/2024	5.000,00	5.000,00	-
1	Suplementar	Anulações de dotação	13	252	1481	18/11/2024	25/11/2024	5.480,00	5.480,00	-
1	Suplementar	Anulações de dotação	14	253	1489	19/11/2024	27/11/2024	76.100,00	76.100,00	-
1	Suplementar	Anulações de dotação	16	257	1600	16/12/2024	19/12/2024	138.053,07	138.053,07	-
55	Suplementar	Superávit Financeiro	2	232	181	06/02/2024	09/02/2024	111.600,20	-	111.600,20
80	Suplementar	Superávit Financeiro	2	232	181	06/02/2024	09/02/2024	45.356,37	-	45.356,37
80	Suplementar	Superávit Financeiro	15	255	1599	16/12/2024	19/12/2024	156.033,76	-	156.033,76
511	Suplementar	Superávit Financeiro	2	232	181	06/02/2024	09/02/2024	76.458,21	-	76.458,21
1045	Suplementar	Superávit Financeiro	2	232	181	06/02/2024	09/02/2024	10.585,22	-	10.585,22
8080	Suplementar	Anulações de dotação	5	238	496	18/04/2024	23/04/2024	1.000,00	1.000,00	-
8080	Suplementar	Superávit Financeiro	6	240	497	18/04/2024	23/04/2024	18.839,81	-	18.839,81
8080	Suplementar	Superávit Financeiro	10	247	1145	02/09/2024	10/09/2024	18.839,81	18.839,81	-
8080	Suplementar	Superávit Financeiro	12	251	1358	21/10/2024	25/10/2024	743,00	743,00	-
8080	Suplementar	Anulações de dotação	12	251	1358	21/10/2024	25/10/2024	711,00	711,00	-
8080	Suplementar	Superávit Financeiro	15	255	1599	16/12/2024	19/12/2024	245.560,21	-	245.560,21
						Soma		1.036.360,66	371.926,88	664.433,78

ANÁLISE DO ESEMPENHO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro é medido por dois demonstrativos: Balanço Financeiro (BF) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). As diferenças de critério –, quanto aos significado de cada grupo de contas, pertencente a cada demonstração respectiva –, são elencadas no quadro em sequência:

BALANÇO FINANCEIRO X FLUXO DE CAIXA	BALANÇO FINANCEIRO	FLUXO DE CAIXA
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA DE INGRESSO E EGRESSO	MOVIMENTAÇÃO POR TRANSFERÊNCIA	ATIVIDADE OPERACIONAL
RECEBIMENTO E PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS	MOVIMENTAÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA	ATIVIDADE OPERACIONAL

ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO

Conforme já mencionado, o Balanço Financeiro é uma demonstração tipicamente brasileira. Isso se dá porque no país o regime é misto, ou seja, as receitas são contabilizadas pelo regime de caixa (quando recebidas) e as despesas pela competência (quando reconhecidas). Trata-se de uma demonstração de 'conta caixa', que leva em conta as fases orçamentárias, assim se referindo a empenhos liquidados e não liquidados.

Análise do Balanço Financeiro Anexo 13 da Lei 4.320/1964	Exercício Atual	AV% Ex. Atual	Exercício Anterior	AV% Ex. Anterior	Variação	AH%
Receita Orçamentária (I)	266.241,43	3%	218.952,00	2%	47.289,43	22%
Ordinária	266.098,62	3%	218.743,18	2%	47.355,44	22%
Vinculada	142,81	0%	208,82	0%	- 66,01	-32%
Transferências Financeiras Recebidas (II)	7.445.056,28	74%	6.837.533,93	76%	607.522,35	9%
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.665.575,62	17%	1.427.568,86	16%	238.006,76	17%
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	683.037,35	7%	563.067,62	6%	119.969,73	21%
Caixa e Equivalentes de Caixa	683.037,35	7%	563.067,62	6%	119.969,73	21%
[=] Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	10.059.910,68		9.047.122,41		1.012.788,27	11%
Despesa Orçamentária (VI)	8.072.623,09	80%	6.915.479,13	76%	1.157.143,96	17%
Ordinária	8.072.623,09	80%	6.914.559,13	76%	1.158.063,96	17%
Vinculada	-	0%	920,00	0%	- 920,00	-100%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-	0%	-	0%	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.641.234,17	16%	1.448.605,93	16%	192.628,24	13%
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	346.053,42	3%	683.037,35	8%	- 336.983,93	-49%
Caixa e Equivalentes de Caixa	346.053,42	3%	683.037,35	8%	- 336.983,93	-49%
[=] Dispendios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	10.059.910,68		9.047.122,41		1.012.788,27	11%

O BF expressa a movimentação de numerário dos itens disponíveis pela ótica dos fluxos do passivo financeiro –, nas inscrições e nos pagamentos –, e do ativo financeiro – ingressos e dispêndios (separando os recursos vinculados e não-vinculados, para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal). Enquanto o Balanço Orçamentário evidencia a conformidade das ações do instituto com o planejado, a ideia inicial do Balanço Financeiro é compatibilizar esse desempenho com o uso do dinheiro público. Compara-se o resultado financeiro atual com o acumulado ao longo dos exercícios.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é responsável por demonstrar o desempenho financeiro –, nos aspectos operacional, de financiamento e investimento institucional –, unicamente pelo regime de caixa (pago x recebido). O anexo 18 da Lei 4.320/64 foi introduzido de forma a evidenciar também os dispêndios conforme cada função de governo, tornando-o mais um valioso instrumento de transparência e tomada de decisão no setor público.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários conhecimento sobre a capacidade das instituições de gerar ou consumir disponibilidade financeira, ou seja, é um indicativo de liquidez, em cada fluxo gerado das atividades, permitindo projetar cenários de movimento futuro e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento do serviço público.

Fluxo de Caixa Operacional	Exercício Atual	AV% Ex. Atual	Exercício Anterior	AV% Ex. Anterior	Variação	Ah%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	- 336.983,93		119.969,73		- 456.953,66	-380,89%
INGRESSOS	9.343.785,11		8.469.817,63		873.967,48	10,32%
RECEITAS ORIGINÁRIAS	266.241,43	2,85%	218.952,00	2,59%	47.289,43	21,60%
Receita Patrimonial	65.762,96	0,70%	69.247,31	0,82%	- 3.484,35	-5,03%
Receita de Serviços	200.478,47	2,15%	149.704,69	1,77%	50.773,78	33,92%
TRANSFERÊNCIAS	9.077.543,68	97,15%	8.250.865,63	97,41%	826.678,05	10,02%
Transferências Financeiras Recebidas	7.445.056,28	79,68%	6.837.533,93	80,73%	607.522,35	8,89%
Recebimentos Extraorçamentários	1.632.487,40	17,47%	1.413.331,70	16,69%	219.155,70	15,51%
(-) DESEMBOLSOS	9.680.769,04		8.349.847,90		1.330.921,14	15,94%
PESSOAL E OUTRAS: URBANISMO	6.858.733,29	73,40%	6.109.189,98	72,13%	749.543,31	12,27%
TRANSFERÊNCIAS	2.822.035,75	30,20%	2.240.657,92	26,45%	581.377,83	25,95%
Intragovernamentais	1.193.142,58	12,77%	828.949,18	9,79%	364.193,40	43,93%
Pagamentos Extraorçamentários	1.628.893,17	17,43%	1.411.708,74	16,67%	217.184,43	15,38%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	- 336.983,93		119.969,73		- 456.953,66	-380,89%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	683.037,35		563.067,62			
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	346.053,42		683.037,35			

A DFC é elaborada pelo método direto, de forma a evidenciar as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, segregada nos seguintes fluxos: operacional, de investimentos e financiamento. No caso do IPPUL, não costuma haver caixa gerado por financiamento ou investimento, verificando-se tão somente o Caixa Líquido Operacional.

Quase como que o Balanço Financeiro na sua forma dedutiva, a DFC traz mesmos os componentes orçamentários, extraorçamentários e de interferência financeira, com a diferença de que nela a despesa é paga, enquanto que, no primeiro demonstrativo, é empenhada (ou seja, por competência). Tanto na DFC oficial quanto no BF, os itens de mesma subclasse não se contrapõem. Assim, no Fluxo de Caixa, para fins gerenciais, se reclassificam os itens, de forma a evidenciar os três subresultados e a participação de cada um na geração ou no consumo de caixa.

Análise do Fluxo de Caixa Operacional	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação	AH%
Transferências Financeiras Recebidas	7.445.056,28	6.837.533,93	607.522,35	
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-	-	-	-
Fluxo de Interferência	7.445.056,28	6.837.533,93	607.522,35	8,9%
Recebimentos Extraorçamentários	1.632.487,40	1.413.331,70	219.155,70	
(-) Pagamentos Extraorçamentários	- 1.628.893,17	- 1.411.708,74	- 217.184,43	
Fluxo Extraorçamentário	3.594,23	1.622,96	1.971,27	121,5%
Receita Originária Recebida: Patrimonial (Rendimentos)	65.762,96	69.247,31	- 3.484,35	
Receita Originária Recebida de Serviços (Atividade do IPPUL)	200.478,47	149.704,69	50.773,78	
(-) Despesa Paga a Pessoal e Outras (Função Urbanismo)	- 6.858.733,29	- 6.109.189,98	- 749.543,31	
Fluxo Orçamentário	- 6.592.491,86	- 5.890.237,98	- 702.253,88	-11,9%
Transferências Intragovernamentais Concedidas	- 1.193.142,58	- 828.949,18	- 364.193,40	
Fluxo de Transferência	- 1.193.142,58	- 828.949,18	- 364.193,40	-43,9%
Soma dos Ingressos	7.448.650,51	6.839.156,89	609.493,62	8,9%
Soma dos Dispendios	- 7.785.634,44	- 6.719.187,16	- 1.066.447,28	15,9%
Caixa Líquido Gerado	- 336.983,93	119.969,73	- 456.953,66	-380,9%
Caixa Inicial	683.037,35	563.067,62	119.969,73	
Caixa Final	346.053,42	683.037,35	- 336.983,93	

Conforme supraelucidado, como os itens semelhantes não se contrapõem no demonstrativo oficial, aqui se fazem reclassificações para evidenciar a contribuição de cada resultado com a geração ou o consumo de caixa: orçamentário, extraorçamentário e de transferência. Embora haja pouca diferença entre pago e empenhado, considera-se mais adequado essa confrontação analítica para fins de tomada de decisão pelos gestores públicos, em níveis macro e microinstitucional.

As próprias características legais e operacionais desta Autarquia levam-na à natural dependência financeira da Administração Direta pois, embora as atividades de planejamento urbano abarquem toda a cidade, por meio do desenvolvimento de pesquisas e projetos, há normalmente baixa obtenção de receita originária. Assim, medir risco financeiro e ou orçamentário de forma mais aprofundada implica em uma análise de balanços a nível de demonstrações contábeis consolidadas, em termos de município como um todo.

CONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO FINANCEIRO E O RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Especificação	Exercício Atual	AV% Ex. Atual	Exercício Anterior	AV% Ex. Anterior	Variação	AH%
Receita orçamentária corrente realizada	266.241,43		218.952,00			
Despesa corrente empenhada	7.863.150,09	97,4%	6.899.617,13	99,8%	963.532,96	14,0%
[+] Despesa de capital empenhada	209.473,00	2,6%	15.862,00	0,2%	193.611,00	1220,6%
[=] Despesa orçamentária empenhada	8.072.623,09		6.915.479,13		1.157.143,96	16,7%
Resultado orçamentário: receita arrecadada (-) despesa empenhada	-7.806.381,66		-6.696.527,13		-1.109.854,53	16,6%
Resultado com Interferência Financeira	7.445.056,28		6.837.533,93		607.522,35	8,9%
Resultado da execução orçamentária	- 361.325,38		141.006,80		- 502.332,18	-356,2%
Cancelamento de restos a pagar não processados (13)	1.896,16		2.112,95		- 216,79	-10,3%
Resultado ajustado	- 359.429,22		143.119,75		- 502.548,97	-351,1%
Superávit / déficit do exercício anterior (20)	666.126,85		523.007,10		143.119,75	27,4%
Resultado financeiro acumulado	306.697,63		666.126,85		- 359.429,22	-54,0%

ANÁLISE DO DESEMPENHO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial do Exercício, em termos de Déficit ou Superávit, é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei 4.320/64). A DVP explicita o resultado do exercício (Resultado Patrimonial), extraído da confrontação entre as variações positivas e as negativas, resultando em déficit (falta) ou superávit patrimonial (sobra econômica), pelo regime de competência, em comparação com o exercício anterior. É indicativo de desempenho na Gestão de Patrimônio em termos estritos (sentido principal nos bens permanentes). No Anexo de Metas Fiscais da LDO do município, faz-se demonstrativo auxiliar.

ANÁLISE DA VARIAÇÃO QUANTITATIVA

As Variações Quantitativas são fatos modificativos do Patrimônio Líquido. Um aumento, por exemplo, quando não provocado pelo ingresso de recursos financeiros no disponível, pode ser decorrente do reconhecimento de direitos a receber de origem tributária ou não, inscrita ou não em dívida ativa. Uma diminuição análoga ocorre quando são feitos ajustes para perda de crédito a receber.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	AV% Ex. Atual	Exercício Anterior	AV% Ex. Anterior	Variação	AH%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.789.740,81		7.071.967,76		717.773,05	10%
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	200.478,47	3%	149.704,69	2%	50.773,78	34%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	65.762,96	1%	69.247,31	1%	- 3.484,35	-5%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS RECEBIDAS	7.520.023,38	97%	6.837.533,93	97%	682.489,45	10%
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	3.467,94	0%	45,62	0%	3.422,32	7502%
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	8,06	0%	2.384,15	0%	- 2.376,09	-100%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	0%	13.052,06	0%	- 13.052,06	-100%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	8.763.570,28		7.282.925,37		1.480.644,91	20%
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	6.195.640,03	71%	5.118.294,93	70%	1.077.345,10	21%
ENCARGOS PATRONAIS	1.279.252,31	15%	1.164.531,47	16%	114.720,84	10%
BENEFÍCIOS A PESSOAL	172.086,72	2%	172.932,57	2%	- 845,85	0%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	174.530,93	2%	54.854,56	1%	119.676,37	218%
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	26.990,92	0%	98.548,55	1%	- 71.557,63	-73%
SERVIÇOS	395.010,28	5%	376.608,81	5%	18.401,47	5%
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	117.366,26	1%	137.071,59	2%	- 19.705,33	-14%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS CONCEDIDAS	197.383,28	2%	-	0%	197.383,28	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS CONCEDIDAS	2.797,58	0%	3.394,23	0%	- 596,65	-18%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	183.621,60	2%	137.716,20	2%	45.905,40	33%
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	11.531,87	0%	11.531,87	0%	-	0%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.095,98	0%	4.235,62	0%	- 1.139,64	-27%
CONTRIBUIÇÕES	2.331,13	0%	2.494,03	0%	- 162,90	-7%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.931,39	0%	710,94	0%	1.220,45	172%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	- 973.829,47		- 210.957,61		- 762.871,86	362%

O resultado negativo aumentou significativamente, porque as variações diminutivas cresceram mais que as aumentativas. Isso se dá devido ao fato de as apropriações da folha terem sido integralmente implantadas, tais como 13º e Licença-Prêmio, bem como os respectivos passivos de encargo. Seguindo a mesma lógica gerencial do Fluxo de Caixa Operacional, em termos Gerenciais, a Demonstração das Variações Patrimoniais pode ser analisada segregando as contas em Atividades Operacionais, de Investimento e Financiamento:

Análise da Variação Patrimonial Quantitativa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação	Ah%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS RECEBIDAS	7.520.023,38	6.837.533,93	682.489,45	
(-) TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS CONCEDIDAS	- 197.383,28	-	- 197.383,28	
(-) TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS CONCEDIDAS	- 2.797,58	- 3.394,23	596,65	
(-) OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	- 183.621,60	- 137.716,20	- 45.905,40	
[=] RESULTADO PATRIMONIAL COM TRANSFERÊNCIA	7.136.220,92	6.696.423,50	439.797,42	6,57%
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	200.478,47	149.704,69	50.773,78	
(-) REMUNERAÇÃO A PESSOAL	- 6.195.640,03	- 5.118.294,93	- 1.077.345,10	
(-) ENCARGOS PATRONAIS	- 1.279.252,31	- 1.164.531,47	- 114.720,84	
(-) BENEFÍCIOS A PESSOAL	- 172.086,72	- 172.932,57	845,85	
(-) OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	- 174.530,93	- 54.854,56	- 119.676,37	
(-) USO DE MATERIAL DE CONSUMO	- 26.990,92	- 98.548,55	71.557,63	
(-) SERVIÇOS	- 395.010,28	- 376.608,81	- 18.401,47	
(-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	- 3.095,98	- 4.235,62	1.139,64	
(-) CONTRIBUIÇÕES	- 2.331,13	- 2.494,03	162,90	
[=] RESULTADO PATRIMONIAL COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS	- 8.048.459,83	- 6.842.795,85	- 1.205.663,98	17,62%
[*] RESULTADO OPERACIONAL CONSIDERANDO AS TRANSFERÊNCIAS	- 912.238,91	- 146.372,35	- 765.866,56	523,23%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	65.762,96	69.247,31	- 3.484,35	
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.476,00	2.429,77	1.046,23	
(-) DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	- 117.366,26	- 137.071,59	19.705,33	
(-) DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	- 11.531,87	- 11.531,87	-	
RESULTADO PATRIMONIAL COM ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	- 59.659,17	- 76.926,38	17.267,21	-22,45%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	13.052,06	- 13.052,06	
(-) DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	- 1.931,39	- 710,94	- 1.220,45	
[=] OUTROS RESULTADOS PATRIMONIAIS	- 1.931,39	12.341,12	- 14.272,51	-115,65%
[*] RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	- 973.829,47	- 210.957,61	- 762.871,86	361,62%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO QUALITATIVA

As Variações Qualitativas são fatos **permutativos**, ou seja, decorrem de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem modificar o patrimônio líquido.

- As **qualitativas aumentativas** são:
 - Incorporação de ativos;
 - Desincorporação de Passivos.
- As **qualitativas diminutivas** são:
 - Desincorporação de ativos;
 - Incorporação de passivos.

A variação qualitativa tem significado mais voltado para fins de consolidação de balanços.

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS Decorrentes da Execução Orçamentária	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação	AH%
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	209.467,46	15.416,44	194.051,02	1259%

A incorporação de ativo aumentou vertiginosamente, devido à aquisição de veículos. Obviamente, isso impacta de modo significativo as contas do instituto, porém não a ponto de gerar dificuldades de caixa.

Subsequentemente, o processo de inventário deflagrado cuida do desfazimento dos bens inservíveis, com o objetivo de ajustar os valores tangíveis à realidade do instituto.

INDICADORES DE ANÁLISE DE BALANÇO

Existem atualmente consagrados na literatura da área contábil quatro técnicas contábeis: escrituração, levantamento das demonstrações, auditoria e análise contábil. Levando em conta a situação normal de dependência da administração indireta, são exibidos alguns indicadores de liquidez, estrutura e endividamento da autarquia.

ANÁLISES DINÂMICA E ESTÁTICA DO BALANÇO: QUADRO-RESUMO

A situação econômico-financeira pode ser medida em termos estáticos e dinâmicos. A diferença é que, na Análise Dinâmica, leva-se em conta o ciclo financeiro, pois separa as contas puramente financeiras das operacionais. Combinados os dois modelos, tem-se um panorama geral nos aspectos de liquidez, estrutura e endividamento.

ITEM	INDICADOR	SIGLA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
Caixa e equivalente de caixa: saldo contábil em bancos	Ativo Circulante Financeiro	ACF	346.053,42	683.037,35	- 336.983,93
[+] Estoque de almoxarifado: bens circulantes em operação	Ativo Circulante Cíclico	ACC	5.148,59	7.580,55	- 2.431,96
[=] Total dos bens circulantes: curto prazo	Ativo Circulante Total	AC	351.202,01	690.617,90	- 339.415,89
[+] Imobilizações líquidas: bens permanentes – longo prazo	Ativo Não-Circulante	ANC	2.304.096,11	2.164.258,49	139.837,62
[=] Recursos totais disponíveis	Ativo Total	A	2.655.298,12	2.854.876,39	- 199.578,27
Empréstimos com parcela no curto prazo: não há	Passivo Circulante Financeiro	PCF	-	-	-
[+] Outros passivos operacionais: obrigações em curto prazo	Passivo Circulante Cíclico	PCC	1.838.436,84	1.056.446,65	781.990,19
[=] Soma das obrigações circulantes	Passivo Circulante	PC	1.838.436,84	1.056.446,65	781.990,19
[+] Empréstimos com parcelas em longo prazo	Passivo Não-Circulante	PNC	-	-	-
[=] Obrigações totais	Passivo Total	P	1.838.436,84	1.056.446,65	781.990,19
[+] Patrimônio líquido: recurso próprio – resultados acumulados	Patrimônio Líquido	PL	816.861,28	1.798.429,74	- 981.568,46
[=] Origem Total de Recursos do Instituto	Passivo + Patrimônio Líquido	P+PL	2.655.298,12	2.854.876,39	- 199.578,27
Recurso financeiro líquido disponível	Saldo de Tesouraria = ACF (-) PCF	ST	346.053,42	683.037,35	- 336.983,93
Investimento no giro das operações	Necessidade de de Giro = ACC (-) PCC	NGC	-	-	-
Recursos líquidos em giro	Capital de Giro (Líquido) = ST + NCG	CDG	1.487.234,83	- 365.828,75	1.121.406,08
Recursos próprios em giro: não há	Capital de Giro Próprio	CGP	-	-	-
Recursos próprios destinados à permanência	Imobilização de Capital Próprio	ICP	282%	120%	162%
Recursos próprios comprometidos com pagamento de dívidas	Endividamento do Patrimônio Líquido	EPL	69%	59%	10%

O quadro abaixo é adaptado do Modelo Dinâmico proposto por Fleuret, Kehdy e Blanc (1978) e aperfeiçoado por Marques & Braga (1995), citados em Xavier (<https://davisxavier.wordpress.com/metodo-e-modelo-gerencial-modelo-fleuret/>, acesso em 5 fev. 2025) – e mostra a situação de cada tipo de entidade, conforme a combinação dos três indicadores supracitados: Capital de Giro, Necessidade de Capital de Giro e Saldo de Tesouraria, quanto a risco financeiro de liquidez:

Situação	CDG	NGC	ST
Excelente	+	-	+
Sólida	+	+	+
Insatisfatória	+	+	-
Alto Risco ou de Dependência	-	-	+
Muito Ruim	-	-	-
Péssima	-	+	-

APRECIÇÃO DOS RESULTADOS

Como se trata de autarquia (ente autônomo, não independente), a situação se enquadra no nível de dependência da Administração Direta. Com efeito, o enquadramento seria de alto risco financeiro apenas caso fosse uma entidade desvinculada do Município e tivesse receita própria.

Note-se que a classificação não era assim até serem implantadas as demais provisões da folha (só havia para férias): a situação mostrada em outros períodos era “sólida”, o que não correspondia à situação real de entidade, como pessoa jurídica dependente. Devido à convergência às atuais normas contábeis, as contas passaram a refletir de fato o status de ente público vinculado.

Houve caixa suficiente para realizar aquisições de imobilizado e honrar os compromissos mensais.

ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Em termos gerais, é a capacidade de o instituto honrar seus compromissos.

- **Saldo de Tesouraria (ST).** É o resultado da diferença entre Ativo Circulante Financeiro (Disponibilidade de Caixa) e Passivo Circulante Financeiro (Empréstimo com parcela no curto). Obtém-se aqui pelo saldo bancário, pois a entidade não trabalha com dívida fundada; *caiu praticamente pela metade, grande parte devido às aquisições de veículos.*
- **Necessidade de Capital de Giro (NCG).** Trata-se em itens não-monetários, ou seja, os valores investidos no giro das operações. Como os estoques são baixos, aqui esse valor é negativo, ou seja, o ente recebe antes de desembolsar; *mais que triplicou, devido às adequações contábeis quanto às provisões da folha, que passaram na íntegra a ser adotadas.*
- **Capital de Giro [Líquido] (CDG).** Representa a soma do Saldo de Tesouraria com o Investimento em Giro das Operações. Também é obtido diminuindo o Ativo Circulante do Passivo Circulante. Um giro líquido negativo costuma ser sinal de possível insolvência, o que não significa necessariamente que ela ocorra; ou seja, cada caso deve ser analisado no seu conjunto.

ANÁLISE DA ESTRUTURA

A rentabilidade no setor privado dá lugar à estrutura de patrimônio do setor público. O indicador considerado mais útil atualmente é a Imobilização de Recurso Próprio, obtida dividindo-se o Imobilizado pelo Patrimônio Líquido; *a imobilização mais que dobrou – excedendo em muito a imobilização própria, atingindo quase três vezes o capital próprio.*

ANÁLISE DO ENVIDADAMENTO

O Endividamento nada mais é que o nível de Passivo, ou seja, o percentual de obrigações, comparado com o total disponibilizado ao instituto. Enquanto o Patrimônio Líquido mostra o total de recurso de origem própria, o passivo mostra o total de recurso originado de terceiros; *aumentou em dez por cento, atingindo a marca de quase setenta, após se adotarem integralmente as provisões da folha.*

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Índices de Preços mais utilizados como o IGPM e o IPCA variam pouco período a outro, não se justificando a necessidade da sua aplicação.

DECLARAÇÃO DOS GESTORES QUANTO A EVENTOS SUBSEQUENTES

Os Senhores Gestores declaram a inexistência de fatos ocorridos após a data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA INFORMATIZADO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Em termos de acesso a sistemas digitais, estas Notas Explicativas falam propriamente de dados públicos, ficando a proteção contra risco de dados pessoais instituída pela Administração Direta, nos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o respectivo Relatório (RIPD). A Prefeitura também se encarrega do suporte, da guarda e da instalação de tais sistemas.

O Município de Londrina, como um todo, optou pela contratação de Sistema de Contabilidade terceirizado para toda a Administração Pública, tanto Direta como Indireta, no bojo dos dois Poderes, com objetivo de atender à Consolidação de Balanços. Além desse, a Entidade utiliza outros, como, por exemplo, na área de Recursos Humanos.

RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

Estas Notas Explicativas tratam da Responsabilidade Técnica das Unidades Administrativas, dos Gestores e do Contador.

RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Os Senhores Gestores se encontram cientes de que os resultados demonstrados são obtidos pela apuração dos registros contábeis efetuados, tendo como suporte documentos hábeis remetidos pelas Unidades Administrativas da entidade – e ou extraídos de sistema integrado, respondendo essas mesmas Unidades pela veracidade, integralidade e procedência de tais registros e documentos.

RESPONSABILIDADE DOS GESTORES

Os Senhores Gestores se encontram cientes de toda a legislação aplicada, especialmente no tocante às suas responsabilidades quanto à documentação e aos procedimentos adotados.

RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR CONTABILISTA

A responsabilidade técnica-profissional do Contador que referenda estas demonstrações contábeis limita-se a fatos formais e efetivamente notificados a este, pelas Unidades Administrativas.

THIAGO GOMES DA SILVA
MATRÍCULA 15.675-2 CONU01
CONTADOR CRC/PR 052129/O-7

GILMAR DOMINGUES PEREIRA
DIRETOR(A) PRESIDENTE

EXPEDIENTE
JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

Prefeito do Município – Tiago Amaral

Chefe de Gabinete – Rosi Mara Guilhen

Edição: Emanuel Messias Pereira Campos – Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina
REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4602

Endereço Eletrônico: <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - E-mail: jornaloficial@londrina.pr.gov.br

A íntegra dos materiais referentes a licitações está disponível no endereço www.londrina.pr.gov.br